



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 676790 - SP (2021/0201542-8)

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**IMPETRANTE** : RENAN FEITOSA BARATELI  
**ADVOGADO** : RENAN FEITOSA BARATELI - SP378880  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : FABIANO SEVERO LINS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FABIANO SEVERO LINS, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0002856-88.2028.8.26.0168).

O paciente foi condenado às penas de 2 anos e 4 meses de reclusão no regime inicial fechado e 11 dias-multa como incurso no art. 155, § 4º, incisos I e II, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal.

O impetrante sustenta que o réu faria jus a iniciar o cumprimento da pena que lhe foi cominada no regime aberto, nos termos do art. 33, § 2º, c, do Código Penal.

Afirma que o apenado não é reincidente e foi aplicada pena inferior a 4 anos de reclusão.

Requer, liminarmente e no mérito, que o paciente cumpra o restante da pena que lhe foi imposta no modo aberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado depreende-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção do regime prisional mais gravoso, consoante se extrai da seguinte passagem (fl. 27):

[...]

*De rigor, portanto, a manutenção da condenação do apelante.*

*A pena a ele imposta foi fixada com equilíbrio e justiça, não merecendo, por tal motivo, reparo algum.*

*De fato, o regime fechado é o mais adequado ao caso, diante das circunstâncias em que o crime foi cometido, bem como em razão da reincidência.*

*Sob os mesmos fundamentos, não é possível a substituição a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, pois ausentes os requisitos legais do artigo 44 do Código Penal. Ainda que não seja reincidente específico, a benesse, neste caso, é insuficiente.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da

impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Encaminhem-se os autos ao eminente relator.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência